

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS RURAIS
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO AGRÍCOLA E EXTENSÃO
RURAL
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO DE AGRICULTURA FAMILIAR
CAMPONESA E EDUCAÇÃO DO CAMPO**

**AS DISTINTAS ESTRATÉGIAS ADOTADAS PELAS
FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS DO ASSENTAMENTO
FILHOS DE SEPÉ PARA GARANTIR SUA
REPRODUÇÃO SOCIAL**

ARTIGO CIENTÍFICO

Felipe R. G. Jasinski

**Santa Maria, RS, Brasil
2015**

**AS DISTINTAS ESTRATÉGIAS ADOTADAS PELAS
FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS DO ASSENTAMENTO FILHOS
DE SEPÉ PARA GARANTIR SUA REPRODUÇÃO SOCIAL**

Felipe R. G. Jasinski

Artigo Científico apresentado no Curso de Agricultura Familiar Camponesa e
Educação do Campo - Residência Agrária, da Universidade Federal de Santa
Maria (UFSM, RS)

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Andréa Cristina Dörr

**Santa Maria, RS, Brasil
2015**

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Rurais
Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural
Curso de Especialização de Agricultura Familiar Camponesa e Educação
do Campo**

**A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
Aprova o Artigo Científico**

**AS DISTINTAS ESTRATÉGIAS ADOTADAS PELAS FAMÍLIAS
BENEFICIÁRIAS DO ASSENTAMENTO FILHOS DE SEPÉ PARA
GARANTIR SUA REPRODUÇÃO SOCIAL**

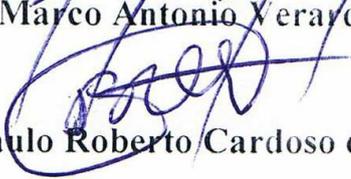
elaborada por
Felipe R. G. Jasinski

como requisito parcial para a obtenção de grau de
Especialista em Agricultura Familiar Camponesa e Educação do campo

COMISSÃO EXAMINADORA:


Prof. Dra. Andréa Cristina Dörr
(Presidente/Orientador)


Prof. Dr. Marco Antonio Verardi Fialho


Prof. Dr. Paulo Roberto Cardoso da Silveira

Santa Maria, 20 de Outubro de 2015.

RESUMO

Artigo Científico
Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Rurais
Curso de Especialização de Agricultura Familiar Camponesa e Educação do Campo

AS DISTINTAS ESTRATÉGIAS ADOTADAS PELAS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS DO ASSENTAMENTO FILHOS DE SEPÉ PARA GARANTIR SUA REPRODUÇÃO SOCIAL

AUTOR: FELIPE R. G. JASINSKI
ORIENTADORA: PROF^a. DR^a. ANDREA CRISTINA DÖRR
Santa Maria, 20 de Outubro de 2015.

Em meio a histórica marginalização que a agricultura familiar é posta, os(as) agricultores(as) familiares constantemente adotam distintas estratégias para garantir sua reprodução social, seja diversificando a produção agrícola como também agregando outras rendas, trabalhando com atividades não agrícolas. Um interessante mecanismo que muitas famílias adotam é o de consorciar atividades agrícolas com não agrícolas, o que vem sendo chamado de pluriatividade. São diversos os fatores que levam a escolha dessas estratégias, e pode se dizer que não há uma regra geral para esse processo de tomada de decisão. Esse processo de tomada de decisão está ligado com o futuro desse público, podendo decisões tomadas indicarem um fortalecimento da agricultura familiar, ou um processo de abandono das atividades agrícolas. Diante disso, esse trabalho visa estudar as distintas formas encontradas pelas famílias assentadas em Viamão-RS para garantir sua reprodução social, dando um enfoque maior para a análise das famílias caracterizadas como pluriativas, por serem em maior número no assentamento. Os resultados obtidos com o estudo apontam por uma preferência entre as famílias pela estratégia de diversificação na obtenção da fonte de renda, através da pluriatividade, porém sendo muito importante a renda agrícola para manutenção dessas famílias. Conclui-se que a agricultura ainda é uma das principais atividades que movimentam a economia do assentamento, porém também outras rendas têm auxiliado no processo de garantia de reprodução social dessas famílias.

Palavras-chave: Reforma Agrária; Agricultura Familiar; Pluriatividade.

ABSTRACT

Scientific Paper
Federal University of Santa Maria
Centre of Rural Science
Specialization Program for Family Agriculture and Rural Education

THE DIFFERENT STRATEGIES ADOPTED BY FAMILIES OF BENEFICIAL SEPE SETTLEMENT OF CHILDREN TO ENSURE SOCIAL REPRODUCTION

AUTHOR: FELIPE R. G. JASINSKI
ADVISER: PROF^a. DR^a. ANDREA CRISTINA DÖRR
Santa Maria, 20th of October, 2015.

In the context of historical marginalization that family farming is put, the (the) farmers (the) family constantly adopt different strategies to ensure their social reproduction, is diversifying agricultural production as well as adding other income, working with non-agricultural activities. An interesting mechanism that many families adopt is to consort agricultural activities with non-agricultural, which has been called pluriactivity. There are several factors driving the choice of these strategies, and it can be said that there is no general rule for this decision-making process. This decision-making process is closely linked with the future of public decisions can indicate a strengthening of family farming, or abandonment of agricultural activities. Therefore, this work aims to study the different forms encountered by families settled in Viamão-RS to ensure their social reproduction, giving a greater focus to analyzing the families characterized as pluriactive, being more numerous in the settlement. The results of the study point to a preference among families diversification strategy in obtaining the source of income through pluriactivity, but it is very important to maintain agricultural income of these families. In conclusion, agriculture is still one of the main activities that move the settlement economy, but also other income has helped the social reproduction assurance process these families.

Keywords: Land Reform; Family Farming; Pluriactivity.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---------------------------------------------------------------|----|
| FIGURA 1 – Localização do município de Viamão..... | 19 |
| FIGURA 2 – Localização do Assentamento Filhos de Sepé..... | 20 |
| FIGURA 3 – Mapa do território total do assentamento..... | 21 |
| FIGURA 4 – Número de famílias enquadradas em cada perfil..... | 23 |
| FIGURA 5 – Relação de famílias com vínculo agrícola..... | 29 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|------------------------------------|----|
| QUADRO 1 – Grupos de famílias..... | 22 |
|------------------------------------|----|

SUMÁRIO

| | |
|------------------------------------------------|--------------------------------------|
| 1. INTRODUÇÃO..... | 9 |
| 2. CONTEXTUALIZAÇÃO DA QUESTÃO AGRÁRIA..... | 11 |
| 2.1 Conjuntura atual..... | 13 |
| 2.2 Pluriatividade e agricultura familiar..... | Erro! Indicador não definido. |
| 3. METODOLOGIA..... | 17 |
| 4. RESULTADOS E DISCUSSÕES..... | 22 |
| 4.1 Famílias não agrícola..... | Erro! Indicador não definido. |
| 4.2 Aposentados(as)..... | Erro! |
| Indicador não definido. | 4 |
| 4.3 Famílias Agrícolas..... | 24 |
| 4.4 Famílias Pluriativas..... | 25 |
| 5. CONCLUSÕES..... | 29 |
| 6. REFERÊNCIAS..... | 32 |

1. INTRODUÇÃO

O avanço do capitalismo no campo trouxe transformações em vários aspectos no meio rural. A utilização irracional dos recursos naturais tem gerado uma crise sem precedentes. Essa crise nos remete a uma série de reflexões com relação a forma de agricultura que se tem hoje, necessitando um estudo maior sobre a agricultura familiar, que é a principal responsável pela produção de alimentos, utilizando apenas 24% das terras agricultáveis do país, segundo o Censo Agropecuário (2006).

No Brasil a questão agrária ainda é uma ferida aberta, e que faz com que constantemente os pequenos agricultores busquem novas formas para amenizar os efeitos. A dificuldade encontrada pelas famílias desde a obtenção da terra¹, não cessa apenas no acesso a terra, e extrapola para a questão da manutenção dessas famílias no ambiente rural.

No país ainda é possível notar que a ofensiva difusionista que houve com a revolução verde², aflorou com maior intensidade o modelo cada vez mais excludente adotado desde as sesmarias para o campo brasileiro. Esse fato fez com que as famílias que “sobreviveram” a esse período tivessem que adotar distintos mecanismos para garantir sua reprodução social. Esse fenômeno impulsionou movimentos de resistência que através de organizações sociais se fortaleceram e conseguiram ditar reivindicações que dessem conta de amenizar os conflitos sociais que haviam no momento.

Mesmo com a reivindicação e com o fortalecimento dos setores organizados na luta do campo, a história nos mostra uma ausência de políticas públicas efetivas para o público da agricultura familiar principalmente na década de 90, criando apenas iniciativas tímidas mas que pouco solucionou os problemas encontrados no campo brasileiro, e por sua vez mantendo a marginalidade da agricultura familiar.

Com a eleição dos governos encabeçados pelo Partido dos Trabalhadores, houve uma grande esperança de que fosse levada a tona debates que historicamente eram deixados de lado, incluindo o fortalecimento da agricultura familiar e o debate da reforma agrária. Em relação a reforma agrária, simplesmente pode-se afirmar que não houve reforma agrária, apenas com algumas políticas de assentamento mitigadoras dos problemas atuais. Com

¹No início do Brasil Colônia a terra ainda não era uma mercadoria, e sim um privilégio de casta. A terra como privilégio tem origem no feudalismo, e sua transformação em terra-mercadoria exige um longo processo, e que só termina com a existência em larga escala das relações mercantis (GUIMARÃES, 1963).

²Processo compreendido principalmente na década de 60-70 no Brasil e em outros países da América Latina, que visava aplicar uma lógica de modernização do campo com um pacote tecnológico que previa a agricultura em larga escala, utilização exacerbada de insumos químicos e implementos agrícolas.

relação ao fortalecimento da agricultura familiar, alguns avanços são notados, principalmente o que tange a inserção da agricultura familiar em mercados institucionais, garantindo com que houvesse incentivo produtivo, procurando também incentivar quanto a necessidade de produzir alimentos de qualidade através da agroecologia.

Uma crítica que foi muito abordada, principalmente na formulação do Programa Nacional de Apoio a Agricultura Familiar (Pronaf), mas que ainda é discutida é quanto ao caráter uniforme de classificação dos sujeitos que acessam essas políticas públicas, que acaba padronizando a diversidade da agricultura familiar, como um único tipo de “agricultor exemplar”. Essa lógica exclui em muitas vezes sujeitos que optam por distintas estratégias de reprodução social, incluindo famílias que optam pela pluriatividade.

A pluriatividade ainda é um debate muito incipiente no Brasil e na academia, e que por sua vez ainda é muito questionado principalmente quanto ao seu conceito. Mesmo com as discordâncias, nota-se que o conceito retrata uma realidade cada vez mais presente no campo brasileiro, e que em áreas próximas a centros urbanos se acentua que é a combinação de atividades agrícolas com atividades não agrícolas por uma mesma unidade familiar.

Esse fenômeno que já foi verificado em outros países ditos desenvolvidos levanta interessantes reflexões acerca do futuro da agricultura familiar. Com essas reflexões abre-se margem para distintas avaliações, para setores que defendem que há um choque entre a percepção de trabalho agrícola e não agrícola, e que a pluriatividade pode ser considerada uma transição para o abandono por completo da atividade agrícola. Outra corrente defende que a pluriatividade atua mais como um mecanismo encontrado pelas famílias para sua manutenção familiar, do que uma negação das atividades agrícolas.

O debate dessa nova situação no campo chega ao seio do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), ao passo em que se é discutido o surgimento de novos acampamentos no estado do Rio Grande do Sul. O sujeito hoje acampado é distinto do sujeito acampado das décadas anteriores, priorizando a lógica do acampamento rotativo, em que a família não precisa ficar acampada permanentemente, possibilitando que a família tenha alguma atividade externa ao acampamento, para garantir sua renda.

Com a avalanche tecnológica e seletiva que o agronegócio impõe aos pequenos agricultores, somados a crise econômica mundial, que sentencia milhares de trabalhadores a perderem seus empregos, é necessário constantemente estarmos estudando como vem se comportando os setores com mais fragilidade social. Diante disso, é necessário identificar quem são estes sujeitos e quais possíveis alternativas que podem ser tomadas para superação dessa fragilidade.

O estudo é realizado no Assentamento Filhos de Sepé, no município de Viamão-RS, que é o maior assentamento do estado. O assentamento soma elementos interessantes para reflexão, principalmente pelo fato de estar localizado dentro de uma Área de Proteção Ambiental que exige uma série de condicionantes de manejo agrícola, e próximo a um grande centro urbano, Porto Alegre-RS.

O objetivo desse trabalho é analisar as formas de reprodução social das famílias do Assentamento Filhos de Sepé, procurando quantificar em diferentes modalidades e compreender melhor o fenômeno da pluriatividade, muito presente nessa área.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO DA QUESTÃO AGRÁRIA

Compreender a realidade brasileira passa pela compreensão da relevância que a questão agrária tem para com o desenvolvimento do Brasil. A história mostra que a base de acumulação de poder, e estruturação de potências econômicas têm como origem a opção adotada desde o Brasil colônia, que limitou o acesso à terra dos desprovidos de poder, tanto econômico como social, reverberando diretamente hoje no modelo de desenvolvimento do país.

É possível notar que alguns episódios da história do Brasil ocorreram ao inverso do que aconteceu em outros países. Uma das principais particularidades é destacada por Guimarães(1963), quando afirma que:

enquanto noutros continentes, e após iniciada a civilização (na Grécia e Roma antigas, na Frísia, em Flandres e no Baixo Reno), a propriedade latifundiária surge e se desenvolve sobre as ruínas da pequena propriedade camponesa, em nosso país, ao contrário, a propriedade latifundiária foi implantada primeiro, e a pequena propriedade camponesa somente vai surgir muito tempo depois, quando o rígido sistema latifundiário começa a decompôr-se (GUIMARÃES, 1963, p. 48).

Como consequência dessa característica, a formação de uma classe camponesa³ brasileira sofreu duros golpes para garantir a manutenção do sistema vigente no país. Porém,

³Não tenho pretensão de entrar no mérito da discussão sobre campesinato e conceito de camponês, entendendo que para o objetivo desse trabalho não precisamos ir a fundo nessa discussão, portanto utilizarei citações para enriquecer as fontes de pesquisa, porém não necessariamente sendo a opinião do autor. Aconselho também o estudo do artigo “o conceito de camponês e sua aplicação à análise do meio rural brasileiro” (Velho, 1969) que se debruça sobre o estudo dessas denominações e contradições de terminologias

mesmo com toda a represália, a resistência principalmente dos posseiros ou intrusos foram cruciais para o surgimento da pequena propriedade camponesa (GUIMARÃES, 1963).

A cada momento histórico que o país passava, a elite (inicialmente diretamente a coroa portuguesa e posteriormente a burguesia nacional) respondia de forma a manter a lógica vigente concentradora. Um importante momento que deve ser levado em conta e que afirma essa lógica de manter sobre controle a posse da terra foi a chamada Lei de Terras de 1850. A Lei de Terras foi a saída encontrada diante do contexto da abolição da escravatura, somadas a vinda de outros importantes sujeitos de nossa história: os imigrantes. Com essa conformação de novos atores surgindo, a Lei de Terras na prática foi a forma encontrada de conter o avanço na dinamização da posse da terra, que culminaria em um esvaziamento da mão de obra, limitando o acesso a terra aos que continham escritura, o que significava dizer na época, os que possuíam capital.

A Lei de Terras garantiu que tanto os negros libertos como os imigrantes, que vinham vislumbrando um futuro distinto nessas terras longínquas, estariam fadados a um mesmo destino: trabalhar como empregado (principalmente como empregado rural). O período da ditadura militar foi outro destacável período, em que mais uma vez a oportunidade de dinamizar a posse da terra foi enterrada. Os militares até apresentaram uma projeto de reforma agrária intitulado de Estatuto da terra, porém assim como afirma Fernandes (1998), o estatuto da terra não só não se efetivou como também serviu como um instrumento estratégico e contraditório para controlar as lutas sociais, desarticulando os conflitos por terra.

Outra tática utilizada pelos militares foi quanto a ocupação dos “espaços vazios” através da colonização, que ficou marcada pelo lema “terra sem homens para homens sem terra”, gerando assim um grande fluxo migratório de pessoas do sul (principalmente imigrantes) para estados do centro oeste e norte. Fernandes (1998) destaca que com o intuito de “integrar para não entregar”, as terras da Amazônia “sem homens” que deveriam ser destinadas aos “homens sem terra” foram praticamente entregues as grandes empresas capitalistas beneficiadas pela política de incentivo fiscais da época.

O período da ditadura militar ficou também marcado pela implementação da dita “modernização agrícola” que ficou conhecida como revolução verde, que resumidamente deu utilidade agricultura a uma série de produtos oriundos do processo de revolução industrial, na justificativa de aumentar a produção agrícola para suprir a fome do povo. Nessa lógica foi incentivado a utilização de maquinários, uma série de insumos químicos e implementos, para “viabilizar” a produção em larga escala.

A consequência clara desse processo foi o endividamento de milhares de pequenos agricultores que pressionados pelo avanço tecnológico e iludidos pelo difusionismo presente, acabaram contraindo grandes dívidas para se enquadrar no modelo agrícola e de mercado que foi imposto. Como as propriedades não eram grandes, a produção obtida não era suficiente para suprir a demanda da família e ainda pagar as dívidas, fazendo com que milhares de agricultores chegassem ao ponto mais extremo para um agricultor, que é ter que se desfazer de sua terra.

Pós ditadura militar uma série de organizações surgiram em uma clara resposta a avalanche de retrocessos impostas a classe trabalhadora. É nesse período que surgem ferramentas de organização importantes como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a Central Única dos Trabalhadores (CUT), o Partido dos Trabalhadores, e tantas outras organizações.

Essas organizações serviram para dar um fôlego, e esperança aos que cansaram de serem deserdados pela história. Esse rico momento de nossa história foi um dos responsáveis por colocar na pauta a proposta da Reforma Agrária como alternativa aos problemas encontrados em nosso país, pauta essa encabeçada principalmente pelo MST e por setores organizados da igreja católica adeptos da teologia da libertação (Morissawa, 2001 e Fernandes, 1996).

Mesmo com a opção dos governos que ficou clara nas décadas de 60 e 70 de manter a lógica do desenvolvimento capitalista no campo, logo abortando qualquer proposta de uma efetiva reforma agrária, a organização dos trabalhadores rurais sem terra conseguiu garantir alguns avanços importantes. Mesmo não havendo uma reforma Agrária plena, mesmo que com questionáveis números, houve projetos de assentamento para famílias sem terra que garantiram interessantes e importantes iniciativas para milhares de famílias.

2.1 Conjuntura atual

A partir do ano de 2003, com a eleição dos governos Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006, 2007-2010) e Dilma Rousseff (2011-2014), foi possível observar uma maior intensidade nas políticas públicas aos agricultores familiares, principalmente no que tange ao incentivo produtivo e inserção em novos mercados. Porém, ainda sendo falho em gargalos estratégicos para o avanço desse setor, principalmente no que se refere à situação fundiária e a

ausência de reforma agrária. Segundo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), atualmente existem 9.255 assentamentos em todo o país, totalizando 969.691 famílias assentadas.

Um fato importante no governo Lula foi o fortalecimento do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que impulsionou o surgimento de políticas públicas para a agricultura familiar, como o Programa de Aquisição de Alimentos (Lei Nº 10.696, de 02 de julho de 2003), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Lei Nº 11.947, de 16 de junho de 2009), políticas essas que conseguiram colocar na ordem do dia a inserção da agricultura familiar em mercados institucionais impulsionando através da garantia da compra a produção agrícola.

O governo Dilma entra em 2015 no seu segundo mandato com uma proposta apresentada de manter uma plataforma política que se compromete a dar continuidade a linha de fortalecer a agricultura familiar, assumindo também recentemente o compromisso de assentar todas as famílias acampadas até o final do seu mandato. Porém, mesmo com essa pré-disposição de fortalecer a agricultura familiar, as contradições já começam a aparecer a medida que o peso maior do governo continua sendo dado para a agricultura patronal, estruturada no Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA). Outra sinalização que deixa clara a postura que o governo adotará se deu com a indicação da ministra Kátia Abreu, representante histórica da bancada ruralista, o que tem gerado constantes desentendimentos com os movimentos sociais populares e também entre os próprios ministros do MDA Patrus Ananias e Kátia Abreu do MAPA.

A crise econômica mundial chega ao Brasil, em 2015, de forma preocupante, acentua o cenário de incertezas quanto ao futuro da agricultura familiar. Alia-se a o fato das bancadas de deputados (as) que historicamente são contrárias ao interesse da agricultura familiar terem crescido nas últimas eleições, como também pelo fato do governo já ter sinalizado com cortes na área da educação, saúde e desenvolvimento social.

Nesse cenário de crise, a tendência é que haja reestruturações em todos os setores, havendo recessão econômica afetando diretamente financiamentos que vinham viabilizando a agricultura, como também com demissões nos grandes centros urbanos. Naturalmente as famílias procuram em meio a essa situação, distintas formas de sobreviverem a esse cenário. É nesse processo que o debate de famílias que não tem de forma exclusiva apenas uma fonte de renda, como as chamadas famílias pluriativas, se torna mais presente.

2.2 Pluriatividade e agricultura familiar

O termo pluriatividade teve origem na década de 70 na Europa, em que se estudava o fenômeno da agricultura em tempo parcial (*part-time farming*), abrindo-se o debate sobre a diversificação das fontes de renda no meio rural com rendas oriundas de atividades não necessariamente agrícolas (KAGEYAMA, 1998). Durante muito tempo os termos *part-time farming* e *pluriactivité* foram considerados sinônimos apenas com distintas origens (inglesa e francesa).

Porém, como bem destaca Schneider (2009) a principal controvérsia entre os dois termos é que o termo *part-time farming* se refere à utilização do tempo de trabalho na propriedade por parte do indivíduo ou família, e teria contraponto a noção de *full-time* (tempo integral). Já a *pluriactivité* se refere a combinação de uma ou mais formas de renda ou inserção profissional dos membros da mesma família, e teria como contraponto a ideia de *monoactivité*, isto é, o indivíduo ou a família ocupa seu tempo apenas com uma atividade.

Fuller (1990) em suas revisões sobre a temática sugere que o termo *part-time farming*, seja substituído pelo termo *Multiple job holding farmhousehold*, permitindo assim reorientar a unidade de análise que era baseada apenas no tempo de trabalho da unidade familiar. Posteriormente o termo é substituído pelo termo pluriatividade, tendo o mérito de incorporar os dois conceitos trabalhados anteriormente, e como característica central a diversificação das atividades e fontes de renda das unidades familiares agrícolas, que é uma das grandes características da agricultura familiar.

Assim, Fuller (1990) destaca que “a pluriatividade permite reconceituar a propriedade como uma unidade de produção e reprodução, não exclusivamente baseada em atividades agrícolas”. Nesse sentido, Kautsky (1980) ressalta que o fato da não exclusividade de trabalhos agrícolas cria funções acessórias, que normalmente estão relacionadas a pouca disponibilidade de terra e as dificuldades de modernização tecnológica, restringindo a capacidade de concorrência, reduzindo a renda da unidade, obrigando o mesmo ou a buscar funções acessórias ou a abandonar a terra. Portanto, seguindo o raciocínio de Kautsky (1980), é possível compreender que a pluriatividade se tornou um mecanismo utilizado pelas famílias que vivenciam certas realidades, para garantir sua reprodução social.

Schneider (2009) ainda ressalta que mesmo que a pluriatividade seja impulsionada devido a fatores exógenos, ela é uma prática que depende das decisões dos indivíduos ou da família, destacando o papel desses atores no possível benefício ou dano que essa unidade

possa vir a ter. Diante desses fatos, pode-se constatar que a pluriatividade é mais do que uma reação a certas circunstâncias e acaba se tornando uma estratégia de reprodução social adotada por certas famílias.

O debate sobre pluriatividade ainda é relativamente recente no Brasil, tendo início na academia na década de 90, sendo precursores deste assunto autores de destaque Schneider (2005, 2006, 2008,2009), Anjos, Carneiro, Texeira. Como bem resgatou Carneiro (2009), o debate da pluriatividade no Brasil se confunde ainda com o debate das atividades não agrícolas. Podem-se destacar duas distintas vertentes de interpretação sobre o fenômeno da pluriatividade no país e seus possíveis desdobramentos.

A primeira vertente representada principalmente por Graziano (1999) tem como central a visão da “ressignificação do rural”, que o campo não somente é sinônimo de atividade agrícola, podendo-se dizer que o campo se urbanizou. O autor justifica que essa urbanização se deu como resultado do processo de industrialização da agricultura de um lado, e de outro, do transbordamento do mundo urbano naquele espaço que tradicionalmente era definido como rural. Com isso, essa vertente questiona que essa diversificação econômica concorreria com a atividades agrícolas, com a possibilidade dessa diversificação vir a suplantiar o trabalho agrícola em longo prazo, o que é encarado para alguns como a evidência da falência de certa forma de agricultura familiar. Essa linha de pensamento originou o projeto Rururbano, com o “novo mundo rural”.

Para a outra vertente as atividades não agrícolas não são estranhas a dinâmica de reprodução social das famílias, e atuam assim mais como uma complementação que garante a manutenção dessas famílias com produção agrícola, do que uma ameaça ou negação das atividades agrícolas. Schneider, um dos grandes estudiosos sobre pluriatividade no Brasil, nos traz uma definição bem clara quanto ao termo:

Podemos definir a pluriatividade como um fenômeno através do qual membros das famílias de agricultores que habitam no meio rural optam pelo exercício de diferentes atividades, ou mais rigorosamente, optam pelo exercício de atividades não-agrícolas, mantendo a moradia no campo e uma ligação, inclusive produtiva, com a agricultura e a vida no espaço rural [...].

É importante destacar que há algumas reflexões críticas sobre a pluriatividade, que são destacadas principalmente nos estudos de Carneiro (2005, 2009). O alvo crucial das reflexões críticas elencados por Carneiro é com relação a que situação o termo pluriatividade seria adequado, e em quê o uso desse termo auxiliaria na compreensão dos fenômenos sociais em curso na agricultura? Assim, a crítica era se “caberia manter a utilização desse termo para

designar toda e qualquer associação de atividades agrícola e não agrícolas por uma mesma família? Ou deveríamos limitar o seu uso somente quando nos referirmos a um fenômeno específico que aponte para uma mudança na forma de realizar e de organizar o trabalho na unidade familiar agrícola? Em outras palavras, a pluriatividade designa ou não uma mudança na lógica da reprodução social das famílias agrícolas? (CARNEIRO, 2003).

No contexto da agricultura familiar, o debate da pluriatividade acaba se tornando apenas uma face para um debate que envolve a discussão de desenvolvimento rural, e a manutenção e fortalecimento da agricultura familiar (ABRAMOVAY, 1992). Complementarmente, é importante destacar nesse cenário o papel que as políticas públicas possam vir a ter nesse cenário, possibilitando compreender as críticas feitas quanto a inadequação das políticas públicas ao meio rural brasileiro.

3. METODOLOGIA

A proposta do trabalho é realizar um estudo de caso de natureza exploratória com a realidade de um assentamento no Rio Grande do Sul. Para Ponte (2006), o estudo de caso é caracterizado como uma investigação de natureza empírica e baseia-se fortemente em um trabalho de campo ou análise documental. Para tal estudo as informações básicas foram buscadas com informantes qualificados. Nesse caso a equipe vinculada a prestadora de serviços da Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos (COPTec), que através do Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental (ATES), presta assessoria técnica ao assentamento, e também por dirigentes políticos do assentamento.

As informações foram oriundas do conhecimento empírico aos técnicos e dirigentes coletadas no período de Abril e Maio de 2015. Para coleta das informações foi utilizada uma lista atualizada da Relação de Beneficiários do assentamento e discutido a fonte de renda de cada família com esses informantes qualificados. Em alguns casos, também foi coletado informações obtidas nas entrevistas do Sistema Integrado de Gestão Rural da ATES (SIGRA) com as famílias assentadas, podendo assim apresentar um perfil geral do assentamento.

A coleta de dados primários com os informantes qualificados permitiu visualizar os diferentes tipos de sujeitos presente no assentamento, podendo assim delimitar 4 grupos com características bem definidas. A separação dos grupos foi adequada conforme a realidade do

assentamento, porém surgiu também com base em estudos de tipologias usadas no projeto Rururbano e da Pesquisa Nacional por Amostra em Domicílio (PNAD) do IBGE. A separação dos grupos ficou da seguinte maneira: grupo 1 - famílias agrícolas, grupo 2 - famílias pluriativas, grupo 3 - famílias não agrícolas, e grupo 4 - aposentados (as).

Nas famílias agrícolas a renda⁴ é exclusivamente advinda de atividades agrícolas, nas famílias pluriativas há a combinação de renda agrícola e renda advinda de atividade estranha a agricultura, nas famílias não agrícolas a renda obtida é somente advinda de atividades não agrícolas⁵, e os aposentados, no qual a maior renda da família é fruto do recurso da aposentadoria, ficou em um grupo a parte, mesmo sendo uma renda não agrícola.

O estudo foi realizado no Projeto de Assentamento Filhos de Sepé, localizado no município de Viamão-RS (Figura 1). O município que compreende a região metropolitana de Porto Alegre, segundo o levantamento do IBGE 2010, possui 239.384 habitantes e tem como atividades de destaque, a pecuária e a produção de arroz.

Atualmente, o assentamento possui 376 famílias regularizadas⁶, e se destaca por ser a maior produção de arroz orgânico do país totalizando na safra 2014/2015, 1170 ha de área plantada de arroz, e também tendo importância a renda advinda da pecuária e produção de hortaliças e frutíferas.

⁴Nesse caso também será considerado como renda, as atividades agrícolas de auto consumo, visto que não necessariamente ele traga renda direta, porém evita que a família gaste com o produto em questão.

⁵Como exemplo do estudo realizado por Schneider (2009), como a distinção do que é agrícola e não-agrícola é muito controversa, será considerado atividades não-agrícolas aquelas tarefas que não implicam o envolvimento direto nos processos de produção vegetal e/ou animal.

⁶O número real de famílias que vivem no assentamento é maior a partir do momento que as famílias regularizadas passam a compartilhar seu lote com outras famílias, geralmente familiares e em especial os filhos quando constituem outra família e ainda não tem residência. Há também um déficit de informação quanto a regularização de algumas famílias, e também a saída de algumas famílias do assentamento.

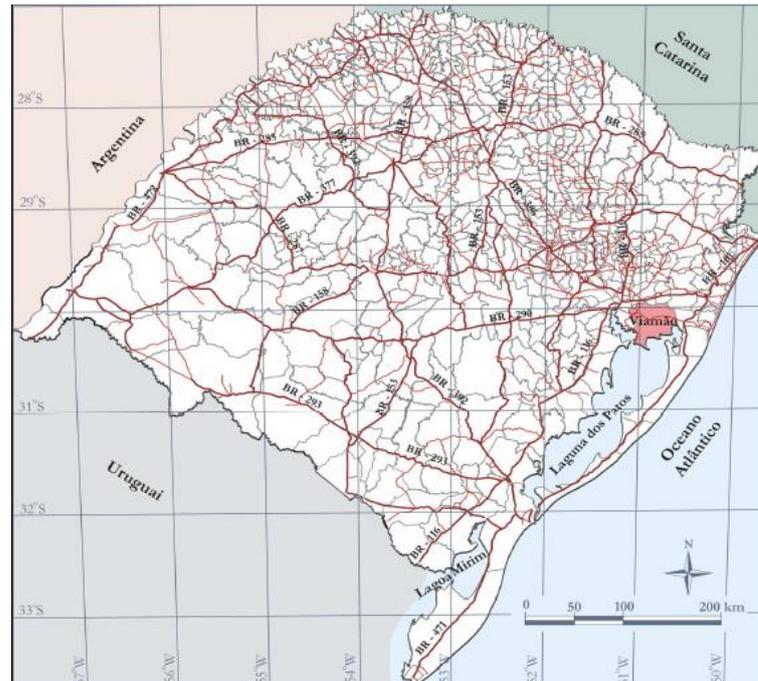


Figura 1 - Localização do município de Viamão.
Fonte: IBGE (2015).

O assentamento que fica localizado a beira da RS 040 (Figura 2), foi constituído em dezembro de 1998, fruto da desapropriação da Fazenda Santa Fé. Integralmente localizado na APA do Banhado Grande, a área inicial do assentamento era de 9450 ha, sendo assim considerado o maior assentamento do estado, porém em 2002 o Incra cede à SEMA 2543,5 ha para a criação da Unidade de Conservação Banhado dos Pachecos, única região no estado em que ainda se encontra o Cervo-do-Pantanal (*Blastocerus dichotomus*).

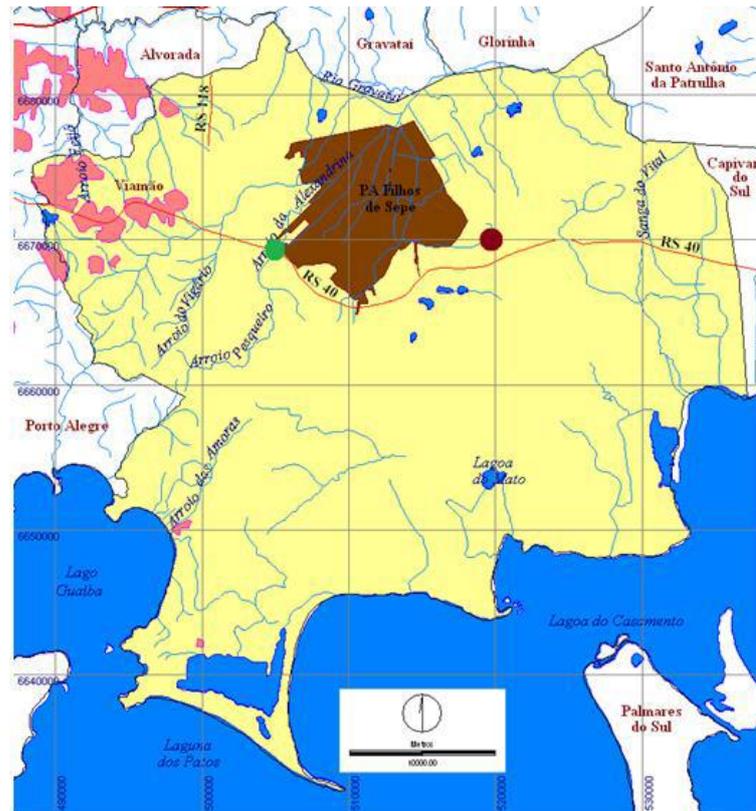


Figura 2 - Localização do Assentamento Filhos de Sepé.
Fonte: IBGE (2015).

O Assentamento está totalmente inserido na Área de Proteção Ambiental do Banhado Grande, criada em outubro de 1998, envolve áreas dos municípios de Glorinha, Gravataí, Santo Antônio da Patrulha e Viamão. Possui 133.000 ha e nela insere-se o conjunto de banhados formadores do Rio Gravataí: Banhado do Chico Lomã, em Sto. Antônio da Patrulha; Banhado dos Pachecos, em Viamão; e Banhado Grande, nos municípios de Gravataí e Glorinha.

Segundo a SEMA (2009), a Unidade de conservação “Banhado dos Pachecos” é o único local do Estado onde encontra-se o Cervo-do-pantanal (*Blastocerus dichotomus*), e também vivem ali o Jacaré-de-papo-amarelo (*Caiman latirostris*) e aves como o Curiango-do-banhado (*Eleothreptus anomalus*), a Noivinha-de-rabo-preto (*Heteroxolominis dominicaca*), a Veste-amarela (*Xnathosur flavus*), o Narcejão (*Gallinago undulata*), a Corruíra-do-campo (*Cistothorus platensis*), o Maçarico-real (*Theristicus caerulescens*), e a ema (*Rhea americana*). O Assentamento está inserido na Bacia Hidrográfica do Rio Gravataí, a qual é composta por 21 sub-bacias, sendo que a do arroio Vigário compõe 6,46% da área da Bacia e a do arroio Alexandrina 1,72%. Estas sub-bacias localizam-se, em partes, no Assentamento Filhos de Sepé.

As famílias assentadas estão organizadas em quatro setores (A, B, C e D), separados por setor de moradia (Figura 3). As famílias possuem em sua grande parte duas formas de lote, o lote de produção (geralmente em áreas de banhado) que é em média de 16 ha, e os lotes de moradia de aproximadamente 2 ha (no geral em áreas altas). Apenas poucas famílias conseguiram ter seu lote de moradia junto ao lote de produção. Alguns lotes chegam a ter 15 km de distância entre lote de produção e lote de moradia.

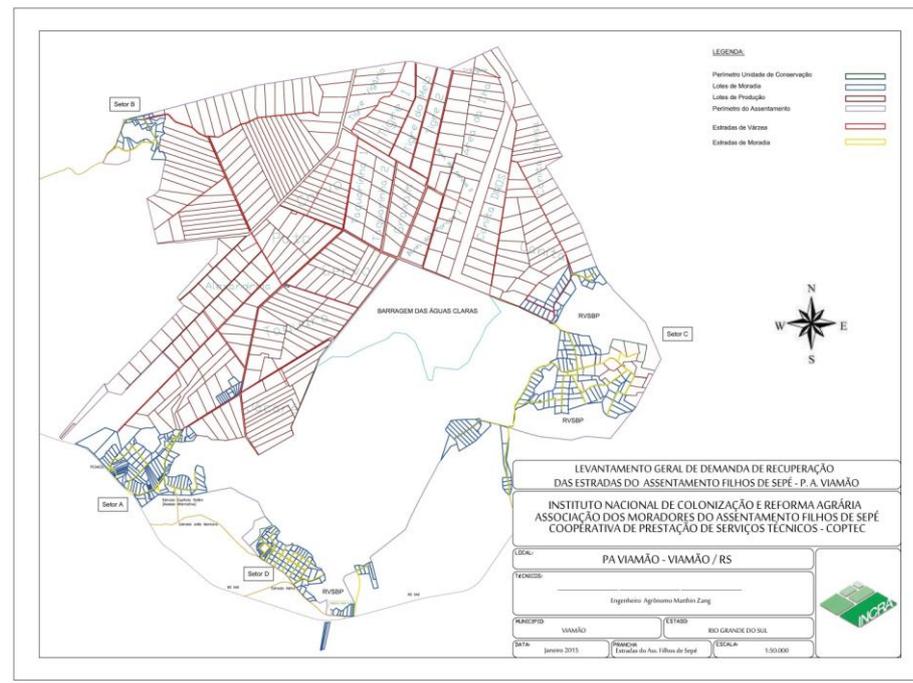


Figura 3 - Mapa do território total do assentamento.
Fonte: Coptec (2015)

As características ambientais diferenciadas em que o assentamento está inserido fez com que em 2004, fosse instaurado um Termo de Ajuste de Conduta (TAC), que restringia o uso agrícola no assentamento apenas a produção orgânica, visando a eliminação de danos ambientais na UC Refúgio de Vida Silvestre “Banhado dos Pachecos”, causados por falta de fiscalização no local, utilização de fogo e de agrotóxicos, arrendamentos de terra e água, excesso de área cultivada e vendas de lotes (DIEL, 2011). Essas condições fizeram com que diversas famílias tivessem que se adaptar e se desafiar há uma nova forma de fazer agricultura, sem a utilização de agrotóxicos e com o uso racional da água na irrigação das lavouras de arroz.

Nos aspectos produtivos pode se destacar que na safra 13/14 foi produzido pelo assentamento 5000 toneladas de arroz orgânico. A experiência de gestão comunitária dos recursos hídricos, que levou a consolidação de um Distrito de Irrigação, também é um

destaque importante à medida que os assentados próprios gerenciam de forma responsável os recursos hídricos do assentamento.

Há duas agroindústrias de processamento de alimentos, sendo que uma destina-se para o beneficiamento de vegetais e outra de panifícios. A produção é destinada à merenda escolar (PNAE), ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e a própria comercialização direta. Encontra-se também em tramitação um projeto que pretende implantar uma agroindústria de beneficiamento de arroz no assentamento.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 Famílias não agrícola

Os resultados indicam que, ao contrário do que normalmente se aponta, de os assentamentos de regiões metropolitanas servirem basicamente com a função de moradia, os resultados indicam um baixo número de famílias que foram consideradas sem vínculo agrícola, apenas 16 famílias, representando 4,26%. O fato de esse trabalho ter utilizado uma lógica que compreende a produção para o auto consumo como uma atividade agrícola, influenciou para que esse número fosse pequeno, visto que grande parte das famílias assentadas possui uma mínima relação produtiva no lote (Quadro 1).

| Famílias enquadradas em cada perfil | Número de famílias |
|-----------------------------------------------|--------------------|
| Grupo 1 - Famílias Agrícolas | 43 |
| Grupo 2 - Famílias Pluriativas | 213 |
| Grupos 3 - Famílias Não Agrícola | 16 |
| Grupo 4 - Aposentados | 84 |
| Outro (Falecido, irregular, não identificado) | 19 |
| Total | 375 |

Quadro 1 – Grupos de famílias.

Fonte: Elaboração própria.

Dessa forma, possivelmente essas famílias que não tem renda agrícola são famílias que tem o lote em situação desfavorável (áreas que não podem ser irrigadas, por exemplo), e devido ao ritmo intenso do trabalho fora, impendem com que a família desenvolva alguma atividade produtiva no lote. Por óbvio, se trata de algumas possíveis causas, porém que devem ser mais bem estudadas e compreendidas. Áreas rurais que são consideradas como adversas a atividade agrícola, em outros países tem sido alvo de políticas públicas que compensem essa situação desfavorável. No Brasil, a proposta que mais pode se aproximar desse modelo são as iniciativas como o pagamento por crédito de carbono, e o Programa de Apoio à Conservação Ambiental Bolsa Verde, que concede benefícios às famílias em situação de extrema pobreza que vivem em áreas consideradas prioritárias para conservação ambiental.

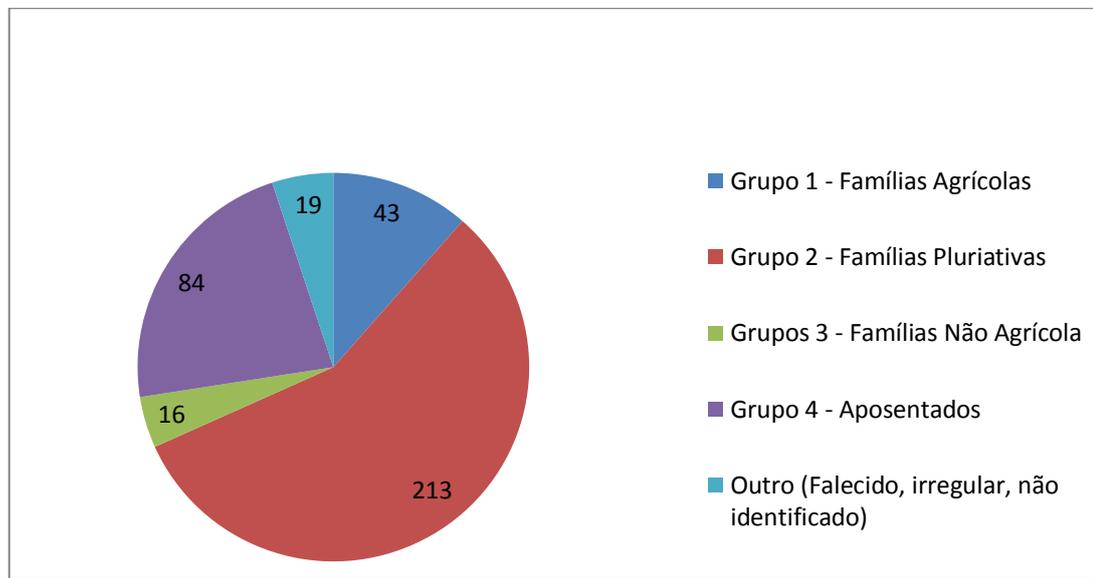


Figura 4 - Número de famílias enquadradas em cada perfil.

Fonte: Elaboração própria

É possível constantemente no meio rural, notar ainda presente uma cultura herdada da revolução verde que argumenta que não é possível produzir alimento sem utilização de agrotóxicos. Dessa forma, romper paradigmas como esse não é tarefa fácil, e esse embate que coloca a agroecologia como contraponto ao modelo representado pelo agronegócio, ainda é muito presente na realidade do assentamento, tornando alvo de debate permanente a relação da obrigatoriedade da produção orgânica no assentamento. Com isso ainda, é possível se notar famílias que justificam a ausência de atividade agrícola devido a inviabilidade produtiva. A produção do arroz de forma orgânica no assentamento tem colaborado com a discussão da

possibilidade de construirmos uma outra agricultura. No entanto, o processo ainda é muito dinâmico e precisa ser construído junto com as famílias.

4.2 Aposentados(as)

O número de famílias consideradas aposentadas (renda principal advinda de aposentadoria), também é um número destacável, com 84 famílias que representam 22,4% (Quadro 1). Um fato que pode ser levado em conta para esse valor ser considerável é que estamos estudando um assentamento que já possui 16 anos de existência, e grande parte dessas famílias aposentadas já estão assentadas desde o começo do assentamento. Com o convívio com essas famílias é possível constatar que mesmo possuindo renda oriunda da aposentadoria, grande parte das famílias ainda mantêm um vínculo com atividades agrícolas, porém como foi explicado anteriormente foi optado por enquadrar essas famílias no perfil de famílias aposentadas, e não pluriativas.

É possível notar dentre os projetos de lavouras de arroz aprovados nas últimas safras, que muitos aposentados tem renda complementar a aposentadoria, renda oriunda da produção de arroz no sistema de parceria. Além da aposentadoria por idade de trabalho, é presente também famílias que tem como sua renda principal, aposentadoria por invalidez.

4.3 Famílias Agrícolas

No grupo que se enquadra as famílias que só dependem de renda agrícola, apenas 43 famílias assentadas (11,46%) têm sua renda somente de atividades agrícolas (Quadro 1). Porém esse baixo número não necessariamente pode ser interpretado como um dado ruim, visto que nessa metodologia famílias que comercializam sua produção, foram caracterizadas como pluriativas. Cita-se como exemplo uma família que garante seu sustento só com a renda oriunda da terra tendo o processo no ciclo completo. Dessa forma, desde o processo de produção como de comercialização seria caracterizado nessa abordagem proposta como se a atividade de venda de sua mercadoria como um processo não agrícola.

Grande parte dessas famílias mapeadas nesse perfil conseguiu com o passar dos anos desenvolver meios de produção que garantissem com que sua renda toda pudesse ser oriunda de atividades agrícolas. É importante frisar que não necessariamente o processo de dependência exclusiva do lote seja apenas uma decisão da família, mas que se trata de um processo de construção desse cenário. Exemplo desse perfil e dessas características são as famílias dos coordenadores dos grupos de produção de arroz. Esta atividade demanda do agricultor um desprendimento grande de tempo para acompanhar todo o processo, o qual é normalmente gradual à medida que o coordenador do grupo vem obtendo boas colheitas, chegando a ponto em que basicamente a renda da família é oriunda do processo de produção do arroz. Dessa forma, o homem fica responsável pela atividade nas lavouras e a mulher em alguma atividade agrícola no lote de moradia e também com a responsabilidade do cuidado das crianças, do lar, etc.

Esse tipo de perfil é o que melhor se encaixa no que se pode considerar como “agricultor modelo”, e de fato em meio a toda dificuldade encontrada para sobrevivência da agricultura familiar. A família que consegue seu sustento apenas de atividade agrícolas merece atenção para garantir sua manutenção, principalmente devido ao fato de que essas famílias são as mais susceptíveis a intemperes climáticas e falta de apoio com políticas públicas.

4.4 Famílias Pluriativas

Os resultados mostram que o maior número encontrado entre as famílias são as famílias pluriativas. Em um total de 375 famílias, 213 foram caracterizadas como pluriativas (56,8%) (Quadro 1). O expressivo número engloba uma diversidade grande entre as próprias famílias pluriativas, compreendendo as famílias que tem uma grande inserção agrícola, como produção para venda e auto consumo, mas também famílias que mantêm apenas uma pequena produção de subsistência. Possivelmente, esse fato esteja conectado à história de vida de campo dessas famílias que foram assentadas em Viamão-RS, de modo que mesmo que a família opte pelo trabalho não agrícola ela tem uma mínima produção no lote.

Nesse grupo também entraram famílias que poderiam ser caracterizadas como toda renda advinda de atividades agrícolas. Mais especificadamente, famílias, por exemplo, que dependem apenas da venda de seus próprios produtos. Porém, como essas famílias detêm

formas de comércio direto, seja através de feira ou venda direta nas casas, a atividade comercial foi considerada como não agrícola. Assim, estas famílias são caracterizadas como pluriativas.

Outro número significativo dentre as famílias consideradas pluriativas é o número de famílias que estão envolvidas na produção de arroz através do sistema de parceria. Neste sistema a família não necessariamente tem um vínculo direto com a produção do arroz, porém ela que tem que solicitar (através dos projetos de lavoura) junto a uma comissão montada entre Incra , equipe técnica e alguns coordenadores de grupo previamente determinados em reunião, que tem interesse em plantar arroz, e que estará inserida em algum grupo de produção. O envolvimento da família com o coordenador do grupo (chamado de plantador) varia de grupo a grupo. Têm-se famílias que estão envolvidas em todas tomadas de decisão no que se refere à organização do grupo e produção, como também tem grupos que funcionam apenas no período de elaboração dos projetos de lavoura, e na parte da divisão dos valores colhidos, se aproximando de modelos típicos de arrendamento.

Há um esforço grande por parte do Incra e da equipe técnica em aprimorar essa relação de parceria envolvendo melhor as famílias no processo produtivo. Cabe destacar que, para fins desse estudo, todas as famílias foram consideradas como tendo renda agrícola, tendo em vista que como a renda advinda do arroz é agrícola, independente do grau de envolvimento dessas famílias com a produção. Na safra anterior 155 famílias se envolveram com a produção do arroz, porém por uma dificuldade de irrigação em alguns lotes, o número final de famílias que plantaram foi de 110.

A atividade agrícola vinculada ao arroz é responsável por um envolvimento direto e indireto de uma série de famílias, sendo hoje a fonte de renda principal de várias famílias pluriativas, assim como a renda principal de famílias agrícolas. É possível traçar um paralelo relacionado à oferta de empregos próximos com a quantidade de famílias pluriativas. No geral, municípios próximos aos grandes centros urbanos possuem uma demanda de mão de obra grande, seja em atividades vinculadas ao comércio, prestação de serviços, assim como atividades industriais, como é o caso aqui em Viamão-RS, com a empresa AMBEV.

Na prestação de serviços nota-se um crescimento no setor à medida que o apelo do rural como local de lazer tem crescido, principalmente nas áreas rurais de Viamão-RS, com o crescente surgimento de condomínios rurais, em que em grande parte residem nos fins de semana moradores de Porto Alegre-RS. Essa modalidade se enquadra perfeitamente em famílias que foram caracterizadas como pluriativas, principalmente por ser um trabalho que não envolve carteira assinada (devido a questão contratual da concessão de uso do INCRA),

por ser um trabalho garantido, no entanto, pode ser consorciado com outras atividades, isto é, não exige uma “dedicação exclusiva”. A proximidade que esses condomínios tem com o assentamento também é ponto benéfico, facilitando o transporte dessas pessoas que optam por esse tipo de trabalho.

O fato de grande parte desses trabalhos permitir uma renda fixa, faz com que muitas famílias optem por ter pelo menos um integrante da família com um vínculo não agrícola. De forma geral, nota-se, em algumas visitas feitas pela equipe técnica, que o papel de garantir uma renda externa tem cabido aos jovens da família, porém esse fenômeno deve ser mais bem detalhado e estudado para chegar a uma conclusão. Essa decisão dos jovens de optarem por esse trabalho cabe perfeitamente as constantes e instigantes discussões a cerca da sucessão rural. Particularmente, a discussão em torno da idéia de que os jovens só permaneceram no campo caso haja uma série de fatores favoráveis, como autonomia para trabalho na propriedade da família, condições de cultura, lazer, esporte, políticas públicas que estimulem esses jovens etc. Da mesma forma, não se pode encarar essa opção do trabalho fora da unidade de produção por parte dos jovens como uma opção definitiva, mas sim um momento que o jovem pode estar passando de conquista de espaço e respeito, e que nada impede que o jovem possa em algum momento priorizar o retorno a atividades na unidade produtiva.

No aspecto cultural pode-se encarar o debate da pluriatividade como um transbordamento da cultura urbana ao meio rural, “forçando” as famílias a se adequarem, ou se encantarem com a cultura urbana. Porém, o que pode se observar que na verdade esse transbordamento é mais próximo a um modelo de integração cultural entre urbano e rural, havendo uma mistura cultural, pois não se trata de uma ruptura cultural, mas sim a soma de alguns elementos culturais a sua cultura. Portanto, pode-se dizer que a pluriatividade é influenciada por essa mudança cultural, mas afirmar que é a causa principal não é possível, visto que não é um processo uniforme essa relação cultural.

Outro fator que pode influenciar nesse número elevado de famílias pluriativas é o fato de o assentamento estar localizado em uma APA, que é caracterizado por uma série de especificidades quanto ao seu manejo. Como melhor exemplo, tem-se o fato de um número significativo de famílias ter o lote de produção na várzea, porém devido a um acordo estipulado entre os órgãos ambientais e o assentamento, não podem ser irrigados, inviabilizando principalmente o plantio de arroz (cultura mais utilizada nas áreas de várzea do assentamento). Atualmente, inclusive essas áreas são motivos de preocupação visto que com o passar dos anos sem o cultivo agrícola a vegetação nativa se recompôs, impossibilitando que as famílias caso queiram voltar a ter alguma atividade agrícola no lote, dependam de licença

ambiental para viabilizar o lote com a supressão da vegetação nativa. A preocupação aumenta mais ainda, com o fato de que agora com a implantação do Cadastro Ambiental Rural (CAR), esses lotes que estão sem serem cultivados há alguns anos sejam considerados Reserva legal (devido a estarem mais de 6 anos sem utilização), aumentando a restrição ambiental ao retorno das atividades produtivas no lote.

Outra limitação que pode ser considerada também é a distância entre o lote de moradia e o lote de produção, que em alguns casos chega a 15 km, dificultando o desempenho de algumas atividades agrícolas que demandam um acompanhamento mais diário. É também motivo de preocupação dos agricultores da região a prática infelizmente ainda comum na região, do roubo de gado, fazendo com que muitas famílias optem por não terem criação nos seus lotes de produção devido a falta de controle do rebanho.

De forma geral, um dado que surpreende positivamente é somatório do número de famílias que dependem apenas de renda agrícola e as famílias pluriativas, que totalizam 256 famílias (68,26%) que possuem vínculo agrícola, e apenas 16 famílias (4,26%) que não possuem vínculo agrícola (Figura 5). Esse número de famílias que tem vínculo com atividade agrícola naturalmente é maior do que o apresentado devido ao fato de não ter sido acrescido às famílias com principal renda advinda de algum tipo de aposentadoria. É válido lembrar que essas condições não são constantes, e que esses valores são passíveis de mudanças através das dinâmicas familiares que são devidas a diversos fatores.

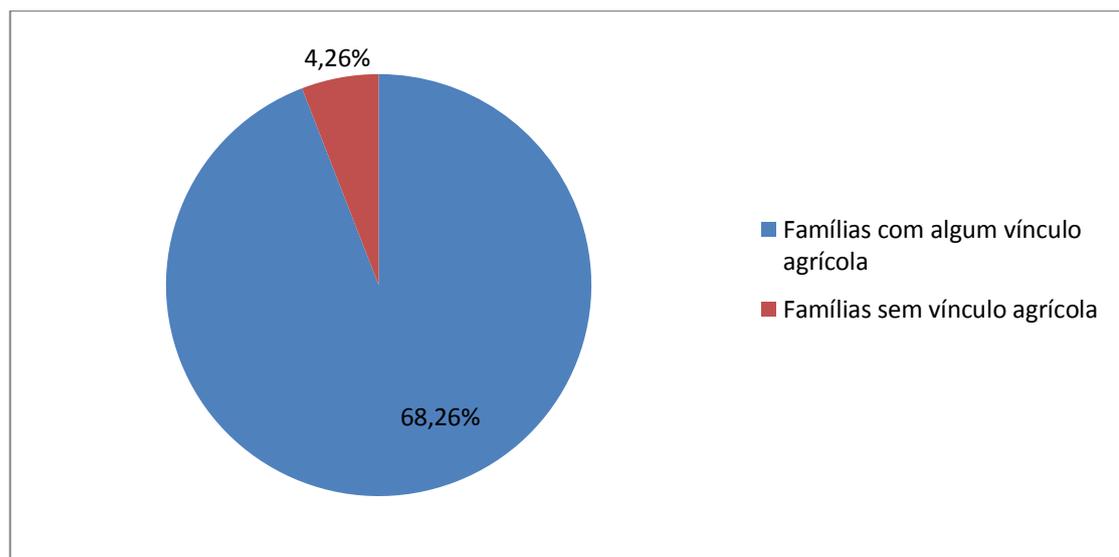


Figura 5 - Relação de famílias com vínculo agrícola.
Fonte: Elaboração própria

A Região Sul do Brasil tem características semelhantes entre os estados, em aspectos climáticos, culturais, e também sociais, não surpreende que grande parte dos movimentos sociais do campo surgiu da luta de trabalhadores que residiam no sul país. Portanto, é possível traçar alguns paralelos entre esse estudo e outros, devido a localização do estudo. Assim, o número de famílias que detém pelo menos parte de sua renda advinda de atividade agrícola, possivelmente tem relação com o histórico da agricultura familiar no sul do país.

5. CONCLUSÕES

A diversidade da agricultura familiar tem garantido distintos mecanismos para garantir a reprodução social familiar. É possível notar que em um mesmo território, como o Assentamento Filhos de Sepé, são diferentes as estratégias adotadas pelas famílias. Assim, identificaram-se famílias que tem sua renda totalmente advinda de atividades agrícolas, não agrícolas, famílias pluriativas, e as que têm como sua renda principal a aposentadoria.

A tomada de decisão da família, leva em conta inúmeras variáveis, como a oferta de trabalho nas cidades, limitações para atividade agrícola (climáticas, agronômicas, econômicas), cultural etc., e não há como uniformizar esta decisão por apenas um critério. Essas possíveis motivações devem ser mais bem estudadas e compreendidas, e também deve se levar em conta que essa relação é muito dinâmica, podendo essas famílias adotar distintas estratégias de reprodução social de forma muito rápida. Identificou-se que em sua grande maioria, as famílias assentadas em Viamão, optam pela pluriatividade como estratégia de reprodução social, isto é, famílias que tem como fontes de renda atividades agrícolas e atividades não-agrícolas. Dentre as 375 famílias, 213 foram caracterizadas como pluriativas. 84 famílias que tem como sua renda principal a aposentadoria ou invalidez. Esse dado gera reflexões sobre a transição geracional na agricultura e o que esse número expressa para a vida do assentamento.

As 43 famílias que tem como única fonte de renda atividade vinculadas à agricultura, demonstram que é possível mesmo com dificuldade estruturais, ausência de uma série de políticas públicas, condicionantes ambientais rigorosas terem uma renda agrícola satisfatória com possibilidades de sustentar a família.

Quanto às famílias que obtêm a totalidade de sua renda advinda de rendas não agrícolas, conclui-se que ainda é pequeno número de famílias, 16 , que utilizam o lote apenas como moradia. Pelo fato do assentamento ser estruturado, e próximo a um grande centro urbano , Porto Alegre, é um assentamento cobiçado por famílias assentadas em outras regiões. Soma-se a isso, a onerosidade do Incra, uma vez que não foi possível identificar 19 famílias, que encontram-se em estágio de regularização, e também casos que o beneficiário faleceu e ainda não houve regularização de outra família no local.

Por fim, conclui-se que apesar dos distintos graus de vínculo agrícola, a maioria das famílias assentadas no assentamento Filhos de Sepé, possui renda advinda de atividades agrícolas, seja ela através das parcerias no processo de produção do arroz orgânico, nas atividades agrícolas de subsistência, ou com as famílias que detêm toda sua renda fruto de outras atividades agrícolas.

Foi utilizado uma metodologia que procurou separar em 4 grupos para poder interpretar qual é o sujeito predominante, que reside no assentamento Filhos de Sepé. Essa classificação pode servir como mensuração para outros assentamentos da região metropolitana de Porto Alegre, respeitando as particularidades de cada assentamento. De forma geral, essa separação em grupos permite de forma didática a identificar as distintas estratégias adotadas pelas famílias assentadas.

Fica como desafio refletir o momento futuro do assentamento, principalmente em meio a atual crise econômica que desemprega milhares de trabalhadores no Brasil. Qual será o destino dos sujeitos que detêm renda também de empregos fora da agricultura? Voltar para a terra? Procurar outro emprego semelhante? São questões que ficam pra reflexões futuras.

6. REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Anpocs; Unicamp: Hucitec, 1992.

BRASIL. Lei nº 601, de 1850. **Lei de Terras**. Rio de Janeiro.

BRASIL. Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003. **Programa de Aquisição de Alimentos**.

BRASIL. Lei Nº11.947, de 16 de junho de 2009. **Programa Nacional de Alimentação Escolar**.

SACCO DOS ANJOS, F. Pluriatividade e ruralidade: enigmas e falsos dilemas. **Estudos sociedade e agricultura**. Rio de Janeiro, n. 17, out., 2001.

SACCO DOS ANJOS, F. **Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no sul do Brasil**, Pelotas: EGUFPEL, 2003.

CARNEIRO, M. J. **Pluriatividade da agricultura no Brasil: Uma reflexão crítica**. A diversidade da agricultura familiar. Editora UFRGS, 2009

DIEL, R. **Gerenciamento de recursos hídricos: um estudo de caso no assentamento Filhos de Sepé, Viamão (RS)**. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas)- Universidade Federal de Santa Catarina, 2011.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST: formação e territorialização**. São Paulo: Hucitec, 1996. (Geografia Teoria e Realidade 37).

FULLER, A. M. From part-time farming to pluriactivity: a decade of change in rural Europe. **Journal of Rural Studies**, v.23, n.4, p.361-373, Londres, 1990.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro**. Campinas, São Paulo: Unicamp, Instituto de Economia, 1999

GUIMARÃES, A.P. VI Formação da pequena propriedade: I. Intrusos e posseiros. In: **Quatro séculos de latifúndio**. São Paulo: Fulgor, 1963.

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. Portugal: Proposta, 1980.

KAGEYAMA, A. Pluriatividade e ruralidade: aspectos metodológicos. **Economia Aplicada**, São Paulo, v.2, n.3, p.515-551, jul/set. 1998.

MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

SCHNEIDER, S. A pluriatividade e o desenvolvimento rural brasileiro. **Cadernos do CEAM**, Brasília, 2005.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. 2.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS. 2009.

WANDERLEY, M. N. B. A ruralidade no Brasil moderno; por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: Norma Giarracca. (Org.). **Una nueva ruralidad en America Latina?**. Buenos Aires: CLACSO, 2001.

VELHO, O. G. A. C. O Conceito de camponês e sua aplicação à análise do meio rural brasileiro. **América Latina** (Rio de Janeiro), v.12, n.1, p. 96-104, 1969.